



PAISAGEM IMAGINÁRIA DAS CIDADES UTÓPICAS¹

LECUONA, Susan Natalí Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina
susan150795@gmail.com

GROSSKOPF, Gabriel George
Universidade Federal de Santa Catarina
gabreorge@gmail.com

BIZZO, Lia Maestrelli
Universidade Federal de Santa Catarina
maestrellibizzo@gmail.com

SIERVI, Elizabeth
Universidade do Extremo-Sul Catarinense
elizabeth.siervi@gmail.com

Ministério da Educação

INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUITETURA E URBANISMO

1. RESUMO

A intenção de avançar, a antecipação daquilo que não é garantido vivenciar, mas que move a humanidade e dá sentido ao seu vir-a-ser, engendra o princípio da esperança utópica. Assim, a utopia nos faz capazes de antecipar o futuro como projeção de um presente que pode ser transformado e melhorado. Relacionar utopia com o ilusório, delirante ou ingênuo, faz parte da propagação do conformismo com a situação existente, concebida como única possibilidade, sem alternativas, chamada de “realidade”. Significa deslegitimar nossa capacidade de crítica e mudança, naturalizando o existente em detrimento do novo e do possível.

¹ XXII Encontro Nacional dos Grupos PET (ENAPET), 23-30 julho 2017, Brasília/DF.





Assumindo-se a relevância do pensamento utópico e se tendo como referência a obra de Françoise Choay, elegeram-se algumas cidades utópicas da Idade Moderna – mais especificamente do Renascimento ao Modernismo – a serem especializadas por meio de desenhos, haja vista a escassez de representações fidedignas desses modelos. Essa representação poderia proporcionar diversas análises pertinentes ao pensamento urbanístico atual. Nesse mesmo aspecto, percebe-se que não só Alberti, em *De re aedificatoria*, contribuiu para a história do Urbanismo com a criação de normas para a cidade, mas também os pensadores, autores das utopias renascentistas, trouxeram à tona discussões e questionamentos acerca da relação entre sociedade e espaço urbano, temas ainda tão presentes em nossas reflexões e debates contemporâneos.

2. PALAVRAS-CHAVE

Paisagem; Cidade; Utopia.

3. INTRODUÇÃO

O escritor inglês Thomas Morus inaugurou, em 1516, o termo “utopia” – que significa lugar algum – utilizado para nomear sua ilha imaginária, onde a sociedade por ele idealizada aboliu a propriedade privada e a intolerância religiosa, centrando-se nos valores da justiça e da felicidade humana. Nesse sentido, Teixeira Coelho, em “O Que é Utopia”, buscou estabelecer uma definição mais precisa do conceito de utopia: diferente do sonho, que seria um produto mental subconsciente e imposto ao Ser, o autor reafirma a postura crítica e consciente da utopia, ressaltando seu caráter propositivo de mudança, e não um mero devaneio como muitas vezes essas obras são tratadas. O caráter imaginário das utopias deve ser compreendido como o ato propositivo contrário a uma situação existente e um produto de seu tempo: a soma entre os dados reais de um período, as correntes filosóficas e tendências sociais daquele momento e a vontade humana alimentada por uma postura crítica.

Questionando a construção da História do Urbanismo a partir de Teorias e Tratados, Françoise Choay defende a inclusão dos modelos utópicos também nessa linha do tempo como textos instauradores e influentes no processo de construção





ideológica e física do espaço. Em sua obra “A Regra e o Modelo”, Choay contrapõe as utopias (modelos) aos tratados (regras), enfatizando que, apesar de delegadas ao universo da ficção imaginária, as utopias tiveram um papel de extrema relevância na História do Urbanismo. A autora defende que, de forma semelhante aos tratados, a construção textual das utopias se dá na forma de uma crítica a uma realidade vigente e a posterior proposição de modelos espaciais que abriguem novas filosofias e organizações sociais. Sendo assim, Choay estabeleceu sete critérios para diferenciar as “falsas utopias” das verdadeiras: “[...] [1] uma utopia é um livro assinado; [2] nela um indivíduo se exprime na primeira pessoa do singular, o próprio autor e/ou seu porta-voz, visitante ou testemunha da utopia; [3] apresenta-se sob a forma de uma narrativa na qual insere, no presente do indicativo, a descrição de uma sociedade-modelo; [4] essa sociedade-modelo opõe-se a uma sociedade histórica real, cuja crítica é indissociável da descrição-elaboração da primeira; [5] a sociedade-modelo tem como suporte um espaço-modelo que é sua parte integrante e necessária; [6] a sociedade-modelo está situada fora do nosso sistema de coordenadas espaço-temporais, alhures; [7] ela escapa à influência do tempo e das mudanças.” (CHOAY, 1985).

Partindo-se da classificação de Choay, pretende-se descrever e analisar cinco das onze cidades utópicas apresentadas: Utopia, de Thomas Morus (1516); Mundo dos Sábios e Loucos, de Anton F. Doni (1552); Cidade do Sol, de Thomas Campanella (1602); Cristianópolis, de Johan V. Andreae (1619) e Sinapia, de Pedro R. Campomanes (1682). Sabendo-se que as representações espaciais desses modelos são escassas e se admitindo a relevância das utopias para a História do Urbanismo e para o entendimento do pensamento Moderno, tem-se como objetivo da pesquisa ilustrar a paisagem imaginária descrita pelos autores, buscando-se compreender o funcionamento de cada cidade, correlacionado-as ao contexto da época do autor e também do mundo contemporâneo.

4. METODOLOGIA

A Pesquisa “Paisagens Imaginárias das Cidades Utópicas” visa a elaborar os modelos espaciais das utopias estudadas. Para isso, adota-se um processo metodo-





lógico de retroalimentação baseado na leitura, discussão e desenho. Isso significa que se lê, se desenha, se discute continuamente, sempre se retornando aos desenhos e às leituras, construindo-se coletivamente um consenso sobre a espacialização dos modelos utópicos.

A primeira etapa consiste na revisão bibliográfica com intuito de pesquisar o tema da utopia e das cidades utópicas do período compreendido entre o Renascimento e o Modernismo. Nessa etapa de iniciação à utopia, leu-se os livros introdutórios sobre o tema da pesquisa: “O que é Utopia?” de Teixeira Coelho, o qual explica diferenças básicas entre sonhos e utopias, e “A Regra e o Modelo”, de François Choay, que evidencia a importância do pensamento utópico e do tratado de Alberti para o Urbanismo, fazendo ainda uma categorização de textos que descrevem cidades utópicas entre verdadeiras e falsas utopias. A partir dessa divisão, a autora elege onze cidades como verdadeiras utopias, das quais a presente pesquisa estudou cinco.

A segunda etapa é a de procurar a bibliografia de cada utopia. Após a leitura, cada pesquisador faz anotações e rascunhos da paisagem de cada cidade. Esses desenhos iniciais servem de base para discussões com o intuito de melhor compreender o espaço imaginário, comparando interpretações pessoais e buscando semelhanças e diferenças entre elas, visando sanar os pontos de dúvida de cada leitura.

Após isso, realiza-se a revisão coletiva dos textos e esboços gráficos para a elaboração dos desenhos finais, em escala ou em croqui, de acordo com o método escolhido para representar a paisagem de cada utopia. Os autores dos livros descrevem sua cidade de uma maneira diferente, com unidades de medida distintas (como pés, léguas, passos) sendo que muitas vezes não especificam dimensões exatas, tornando o desenho muito mais intuitivo - construído a partir da interpretação do texto - do que elaborado a partir de informações claramente disponibilizadas pelo autor. Em seguida e finalmente cataloga-se em sequência cronológica as cidades utópicas do período estudado e registra-se os resultados das reflexões.





5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo a proposta da pesquisa, buscou-se espacializar as utopias estudadas em forma de plantas e desenhos, elaborando-se também textos que descrevessem as características de cada cidade. As ilustrações são importantes para a compreensão do funcionamento das cidades uma vez que transferem a literatura para uma linguagem visual, possibilitando-se um entendimento mais direto da espacialidade de cada utopia.

Inaugurando o termo “utopia” em 1516, Thomas Morus descreve seu modelo utópico como sendo uma ilha em formato de meia lua, conformada à maneira de um anfiteatro montanhoso. Segundo o autor, está localizada no “Novo Mundo” e possui 54 cidades idênticas em sua parte mais plana. A capital se chama Amaurota e, assim como todas as outras 53 cidades, é cercada por uma muralha e dividida em quatro quarteirões, cada um com um mercado ao centro e malha viária quadriculada.

Já em Mundo dos Sábios e dos Loucos, de 1552, Anton Francesco Doni, idealiza uma cidade em que as relações interpessoais não estabelecem vínculos emocionais, portanto não existem famílias e sequer patrimônio a ser herdado. O modelo utópico é uma cidade fortificada com configuração radial e plana. No centro há um único templo com cem portas, das quais partem cem ruas que levam aos cem portões da cidade. As ruas são setorizada por serviços complementares: se de um lado estão os doutores, do outro estão os boticários; aqui os sapateiros, e em frente os comerciantes de peles; e assim por diante.

Cinquenta anos após a obra de Doni, é publicado o livro de Tommaso Campanella, no qual o autor expõe sua descrição da Cidade do Sol, que espacializa o sistema solar de Copérnico e tem uma grande preocupação de democratizar o conhecimento, com desenhos e explicações expostas em muros pela cidade toda. Reproduzindo em menor escala a configuração do Sistema Solar, a Cidade do Sol se caracteriza como uma cidade fortificada composta por sete anéis concêntricos escalonados sobre uma colina, alternados entre cheios (muralhas e palácios) e vazios (circulação interna). Numa grande planície, localizada no alto da colina, encontra-se o templo da cidade, o “Sol” do sistema fortificado. Partindo-se dele, cada anel possui o nome de um planeta, considerando-se os astros conhecidos até o período de pu-





blicação da obra. Alinhados aos pontos cardeais, quatro caminhos atravessam ortogonalmente toda a cidade, sendo o único modo de se passar de um círculo para outro. Fora das muralhas, encontra-se uma vasta área agricultável, e também florestas para o exercício da caça.

Em 1619, Johann Valentin Andreae publica Cristianópolis, cidade na qual o aspecto religioso é muito forte, a ponto de assumir praticamente a configuração de um monastério, com um pequeno número de habitantes, os quais participam, obrigatoriamente, de três cultos por dia. Cristianópolis está localizada numa ilha triangular imaginária chamada Caphar Salama, no Mar Acadêmico. A cidade possui uma conformação quadrangular, setorizada e rigidamente ortogonal, organizada de tal maneira que a divisão do espaço atende a determinadas funções. Semelhante à Cidade do Sol, a planta quadrangular possui arranjos de edificações concêntricas, que têm funções distintas. A partir da muralha em direção ao centro, tem-se, respectivamente: armazéns, duas fileiras de habitação, colégio e templo, este último no centro geométrico da cidade. Cristianópolis possui uma entrada localizada a leste e se estende para além das muralhas, onde há alguns equipamentos e usos como hospital, cemitério, agricultura e pecuária.

Assim como Morus elabora a ilha de Utopia como forma de estabelecer uma crítica ao Reino Unido de seu tempo, o modelo atribuído a Pedro Rodríguez Campomanes, de 1682, constitui-se de uma península chamada Sinapia, contrapondo-se à Península Ibérica, fato sutilmente perceptível no próprio nome da utopia, que pode ser compreendido como um anagrama da palavra “Hispania” (ANÓNIMO/CAMPOMANES, 2011). Localizada na “Terra Austral”, Sinapia se constitui como uma utopia que valoriza o patriarcado, a família e a religião, ao mesmo tempo em que aceita a convivência de muitas culturas e nacionalidades. O autor possui uma maneira matemática de configurar sua utopia, semelhante a um fractal, em que utiliza uma unidade irredutível (a casa da família) que se multiplica diversas vezes até formar uma unidade maior (barrios) e assim sucessivamente conformando os quarteirões das cidades (villas), que por sua vez se multiplicam conformando uma província, as quais, em número de nove, constituem a península.





Apresentados esses estudos é possível comparar as cidades entre si e refletir sobre seus aspectos mais relevantes, relacionando-as assim com o mundo contemporâneo, evidenciando a conexão com pensamentos de centenas de anos. Percebe-se, a partir dessas análises, que o modo de desenhar a urbe atualmente carrega heranças ainda do renascimento, evidenciando que o desenho urbano é fruto de um processo histórico.

6. CONCLUSÕES

Analisando-se a morfologia, o desenho e a estruturação dos modelos utópicos apresentados, nota-se uma clara relação entre as Reformas Urbanas Modernas e o pensamento utópico, tais como o rigor geométrico – completamente avesso às cidades europeias construídas até a Idade Média – e a rígida setorização dos serviços e equipamentos de maneira cartesiana e decomposta. Enfatiza-se também a continuidade desse modo de se pensar a cidade até a empreitada Modernista do início do século XX, com a idealização de grandes espaços contínuos, intensa densificação no modo de morar e grandes vias e avenidas, tal qual imaginado nas utopias renascentistas e na Urbanização Moderna, eclodindo em alguns exemplos que chegaram a ser construídos, tais como Brasília, no Brasil, e Chandigarh, na Índia. Por ter se debruçado sobre a cultura greco-romana, o Renascimento trouxe à tona questões e problemáticas já presentes no Mundo Antigo Clássico. A análise histórica da manifestação utópica ao longo dos anos evidencia, por exemplo, que o Pensamento Moderno carrega o gene herdado de Platão, cuja obra “A República” - escrita no século IV a.C. - representa uma das concepções utópicas mais primordiais já registradas.

Mesmo sendo um fruto de seu tempo, nota-se que a chamada “vontade utópica” é uma constante na história da sociedade humana: caracteriza-se como um inconformado desejo de mudança aparentemente inerente ao Ser. Trata-se de encarar a utopia como uma postura crítica e propositiva, pautada sobre dados reais mas que extrapola ideia de “possível”, podendo assim contribuir para a realidade.

Para citar aspectos concretos que ainda hoje estão presentes em discussões sobre as nossas cidades, pode-se apontar, por exemplo, o modo como as habita-





ções são distribuídas na urbe imaginária, estrategicamente colocadas nas proximidades do trabalho e dos serviços que os habitantes precisam. Mais do que isso, as casas frequentemente não são patrimônio de quem as habita, podendo ser repassadas e até mesmo revezadas com outras famílias, de maneira que todos tenham acesso à moradia digna.

Além do modo de morar, descrever como os habitantes de cada cidade obtêm seu alimento cotidiano é elementar. Assim, frequentemente aparecem questões como agricultura urbana, estabelecendo uma relação entre quais plantas cultivar e onde cultivá-las, organizando o espaço urbano com essa diretriz. As cidades que conhecemos hoje frequentemente deixam de lado essa premissa, que tem sido um tópico de muita reflexão para os urbanistas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAE, Johann V. **Christianopolis: an Ideal State of the Seventeenth Century (Reipublicae Christianopolitanae Descriptio)**. Editado por Dr. Julius Goebel. Oxford University Press. 1916.

ANÓNIMO / CAMPOMANES. **Descripción de la Sinapia, Península en la Tierra Austral**. Edición de Miguél Aviléz Fernández. Colección Utopias. Círculo de Bellas Artes, Madrid, Espanha. 2011.

BERRIEL, Carlos E. O.; DONI, Anton F. **Uma Utopia do Cinquecento: Mondo Savio e Pazzo, de Anton Francesco Doni**. Revista Morus v.1 – Cidades Ideais. Universidade Estadual de Campinas. 2004.

CAMPANELLA, Thomaso. **Cidade do Sol (Civita Solis)**. Ciberfil Literatura Digital. Versão para PDF por Marcelo C. Barbão. 2002.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo: Sobre a Teoria da Arquitetura e do Urbanismo**. Capítulo 1 - O Preconceito das Palavras. Editora Perspectiva, São Paulo. 1985;





COELHO, Teixeira. **O Que é Utopia**. 2ª edição. Coleção Cultura Primeiros Passos. Editora Brasiliense. 1981.

MORRISON, Tessa. **The Architecture of Andreae's Christianopolis and Campanella's City of the Sun**. Proceedings of the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand: 30, Open, edited by Alexandra Brown and Andrew Leach (Gold Coast, Qld: SAHANZ), vol. 1, p 259-271. 2013.

MORUS, Thomas. **Utopia (De optimo statu reipublicae deque nova insula Utopia)**. Edição Ridendo Castigat Moraes. Fonte digital JAHR. 2001.

